

SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA
SEÇÃO DE SINOPSE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXVII — Nº 57

SABADO, 2 DE SETEMBRO DE 1972

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMARIO DA ATA DA 69ª SESSÃO CONJUNTA,
EM 1º DE SETEMBRO DE 1972

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DA SEMANA DA PATRIA.
NO ANO DO SESQUICENTENARIO DE NOSSA
INDEPENDENCIA

ATA DA 69.ª SESSÃO CONJUNTA
EM 1.º DE SETEMBRO DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 7.ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. PETRÔNIO
PORTELLA

As 18 horas e 50 minutos, acham-se
presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard
— Geraldo Mesquita — Flávio Britto
— José Lindoso — José Esteves —
Cattete Pinheiro — Milton Trindade
— Renato Franco — Alexandre Costa
— Clodomir Millet — José Sarney —
Fausto Castelo-Branco — Helvidio
Nunes — Petrónio Portella — Vir-
gílio Távora — Waldemar Alcân-
tara — Wilson Gonçalves — Di-
narte Mariz — Duarte Filho —
Jessé Freire — Domicio Gondim —
Milton Cabral — Ruy Carneiro —
João Cleofas — Paulo Guerra — Wil-
son Campos — Arnon de Mello — Luiz
Cavalcante — Teotônio Vilela —
Augusto Franco — Leandro Maciel
Lourival Baptista — Antônio Fernan-
des — Heitor Dias — Ruy Santos —
Carlos Lindenberg — Eurico Rezende
— João Calmon — Amaral Peixoto —
Paulo Tórres — Benjamin Farah —
Danton Jobim — Nelson Carneiro —
Gustavo Capanema — José Augusto
— Magalhães Pinto — Carvalho Pinto
— Franco Montoro — Orlando Zanca-
ner — Benedito Ferreira — Emival
Calado — Osires Teixeira — Fernan-

do Corrêa — Filinto Müller — Salda-
nha Derzi — Accioly Filho — Mattos
Leão — Ney Braga — Antônio Carlos
— Celso Ramos — Lenoir Vargas —
Daniel Krieger — Guido Mondin
— Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nosser
Almeida — ARENA; Ruy Lino —
MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Pe-
res — ARENA; Raimundo Parente —
ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison
Bonna — ARENA; Gabriel Hermes —
ARENA; João Menezes — MDB; Júlio
Viveiros — MDB; Juvêncio Dias —
ARENA; Sebastião Andrade — ARE-
NA; Stélio Maroja — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eu-
rico Ribeiro — ARENA; Henrique de
La Rocque — ARENA; João Castelo
— ARENA; Nunes Freire — ARENA;
Pires Saboia — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Ca-
valcanti — ARENA; Milton Brandão
— ARENA; Paulo Ferraz — ARENA;
Pinheiro Machado — ARENA; Severo
Eulálio — MDB.

Ceará

Alvaro Lins — MDB; Edilson Melo
Távora — ARENA; Ernesto Valente
— ARENA; Flávio Marcílio — ARE-
NA; Furtado Leite — ARENA; Hilde-
brando Guimarães — ARENA; Jonas
Carlos — ARENA; Leão Sampaio —
ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA;
Marcelo Linhares — ARENA; Ossian
Araújo — ARENA; Parsifal Barroso
— ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djal-
ma Marinho — ARENA; Grimaldi Ri-
beiro — ARENA; Henrique Eduardo
Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB.

Paraíba

Antônio Mariz — ARENA; Janduhy
Carneiro — MDB; Petrónio Figueire-
do — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon
Rios — ARENA; Etevíno Lins —
ARENA; Fernando Lyra — MDB; Ge-
raldo Guedes — ARENA; Gonzaga
Vasconcelos — ARENA; Joaquim Cou-
tinho — ARENA; Josias Leite — ARE-
NA; Lins e Silva — ARENA; Maga-
lhães Melo — ARENA; Marco Maciel
— ARENA; Marcos Freire — MDB;
Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

José Alves — ARENA; José Sam-
paio — ARENA; Oceano Carleial —
ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Eraldo Lemos — ARENA; Francis-
co Rollemberg — ARENA; Raimundo
Diniz — ARENA; Passos Porto —
ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Edvaldo
Flôres — ARENA; Fernando Maga-
lhães — ARENA; Francisco Pinto —

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

MDB; Hannequim Dantas — ARENA; Ivo Braga — ARENA; João Alves — ARENA; João Borges — MDB; José Penedo — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Luiz Braga — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Nely Novaes — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régo — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Tourinho Dantas — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Argilano Dario — MDB; Elcio Alvares — ARENA; José Carlos Fonseca — ARENA; José Tasso de Andrade — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alberto Lavinias — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Dayl de Almeida — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; José da Silva Barros — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Márcio Paes — ARENA; Moacyr Chiesse — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Rozendo de Souza — ARENA; Walter Silva — MDB.

Guanabara

Alcir Pimenta — MDB; Bezerra de Norões — MDB; Célio Borja — ARENA; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Léo Simões — MDB; Lisâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osneli Martinelli — ARENA; Reynaldo Santana — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Athos de Andrade — ARENA; Aureliano Cha-

ves — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Pereira — ARENA; Elias Carmo — ARENA; Fábio Fonseca — MDB; Fernando Fagundes Netto — ARENA; Francolino Pereira — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Aguiar — ARENA; José Bonifácio — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Manoel Taveira — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Ozanan Coelho — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Silvio de Abreu — MDB; Sinal Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aldo Lupo — ARENA; Alfeu Gasparini — ARENA; Arthur Fonseca — ARENA; Athlé Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Baptista Ramos — ARENA; Braz Nogueira — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Chaves Amaranante — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Freitas Nobre — MDB; Henrique Turner — ARENA; Ildélio Martins — ARENA; Mário Telles — ARENA; Mauricio Toledo — ARENA; Monteiro de Barros — ARENA; Paulo Alberto — ARENA; Pereira Lopes — ARENA; Roberto Gebara — ARENA; Sussumu Hirata — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goias

Anapolino de Faria — MDB; Henrique Fanstone — ARENA; José Freire — MDB; Juarez Bernardes — MDB.

Mato Grosso

Emanuel Pinheiro — ARENA; Garcia Netto — ARENA; Gastão Müller

— ARENA; João da Câmara — ARENA; Marcilio Lima — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alberto Costa — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Ardinial Ribas — ARENA; Ary de Lima — ARENA; Arthur Santos — ARENA; Emílio Gomes — ARENA; Fernando Gama — MDB; Ferreira do Amaral — ARENA; Flávio Giovine — ARENA; Hermes Macedo — ARENA; João Vargas — ARENA; Mario Stamm — ARENA; Olivir Gabbardo — MDB; Silvio Barros — MDB; Tulio Vargas — ARENA; Zacharias Seleme — ARENA.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zeni — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Francisco Grillo — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Amaral de Sousa — ARENA; Antonio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Arnaldo Prieto — ARENA; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Clóvis Stenzel — ARENA; Daniel Faraco — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Mario Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Norberto Schmidt — ARENA; Vasco Amaro — ARENA; Victor Issler — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Sílvio Botelho — ARENA.

Compõem a Mesa, à direita do Senhor Presidente Petrônio Portella, o Senhor Deputado Pereira Lopes, Presidente da Câmara dos Deputados, e Senhores Senadores Ney Braga e Guido Mondin, respectivamente, 1.º e 3.º Secretários; à esquerda, os Srs. Senadores Clodomir Milet e Duarte Filho, respectivamente, 2.º e 4.º Secretários.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional comemorativa da Semana da Pátria no ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Convido S. Ex.ª, o Sr. Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker, a sentar-se à Mesa dos nossos trabalhos. (Palmas.)

Convido S. Ex.ª, o Sr. Ministro Eloy da Rocha, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a sentar-se à Mesa dos nossos trabalhos. (Palmas.)

Tomam assento à Mesa, à esquerda do Presidente Petrônio Portella, os Senhores Vice-Presidente da República e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Acha-se no edifício do Congresso Sua Excelência o Senhor Presidente da República, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici. Solicito à Comissão composta pelos Líderes da Maioria e da Minoria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que introduza Sua Excelência no Plenário.

Acompanhado pelos Senhores Líderes, sob calorosos aplausos de todos os presentes, entra no recinto e toma assento à Mesa, à direita do Senhor Presidente Petrônio Portella, o Senhor Presidente da República.

É executado o Hino Nacional, ouvido de pé por todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra a S. Ex.ª, o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Pereira Lopes. (Palmas.)

O SR. PEREIRA LOPES — (Lê.) Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, Excelentíssimo Senhor

Presidente do Supremo Tribunal Federal, Senhores Membros do Corpo Diplomático, Autoridades Cíveis, Militares e Eclesiásticas, Senhores Senadores, nobres Colegas da Câmara dos Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, sempre hei de sustentar que a emancipação política da Nação Brasileira se processou em dois estágios nitidos, sendo o segundo o corolário lógico do primeiro. O Brasil-Colônia morreu de morte natural, com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro.

A presença de D. João fazia desaparecer, por singela extinção de mandato, a figura do Vice-Rei. E se é verdade histórica que foi em 1815 que, formalmente, se consagrou nossa pátria como Brasil-Reino, membro integrante do estado lusiada, participando na soberania do Estado português, quando não padece dúvidas é que tornado o Brasil sede da monarquia reinante, em 1808, com a criação de secretarias de Estado, do Banco do Brasil e da Imprensa Régia, do Superior Conselho Militar e da Casa da Suplicação, das Academias Militares e da Casa da Moeda, entre tantas outras instituições — a Nação Brasileira ganhou, em face do mundo, o "status" jurídico que a descolonizava.

Ouso dizer, por isso mesmo, que também a independência total, que se formalizou no 7 de Setembro, já fora definitivamente conquistada antes bem antes, até.

Que éramos um Estado, ainda que dentro do todo contido no âmbito da coroa, não vale discutir. O simples fato de elegermos deputados às cortes portuguesas comprova a assertiva.

A história registra, para nossa ufania, o desassombro e a galhardia com que brasileiros do porte de Antonio Carlos e de Diogo Feijó (Palmas), de Martiniano de Alencar e de Zefirino dos Santos (Palmas), de Araújo Lima e de Vilela Barbosa (Palmas) — alguns entre tantos! — se opuseram ao pensamento dos portugueses metropolitanos, que insistiam em legislar, sobre nossos problemas e nossos interesses, à nossa revelia. E o ímpeto que a muitos conduziu ao gesto final de negarem-se a assinar o texto votado, diz bem do sentimento de vivida compreensão da verdadeira função do poder constituinte, qual o de regular o convívio social sem desprezar as conquistas da liberdade e dos direitos fundamentais do homem e da terra.

Ai estão as raízes históricas do Parlamento brasileiro, raízes que mergulham fundo no sentimento libertário que ainda hoje nos anima, cada um e todos servidos do ideal maior de construir, como estamos ajudando a fazer, uma pátria generosa e honra-

da, progressista e forte, capaz de realisar a felicidade de seus filhos e de contribuir para um mundo cada vez mais livre e melhor.

Evocando com admiração e respeito, neste momento e nesta Casa os personagens gloriosos dos primórdios de nossa nacionalidade, quero fixar-me, no campo da execução, no vulto de Pedro I (Palmas), na esfera do pensamento, em José Bonifácio. (Palmas.)

Demora em meu espírito e fecunda a minha sensibilidade a figura do moço Bragança, arrebatado, entusiasmado, por vezes mesmo irascível, mas que guardou sempre a virtude do amor à liberdade e da consciência do seu poder soberano, uma e outra alimentadas da sua formação de herdeiro dos direitos da monarquia absoluta.

D. Pedro I só pode ser julgado, entendido e amado, se examinado à luz dos princípios sob os quais vivia, no seu tempo e na sua época.

Tenho que soberania é o poder que se sobrepõe a todos os poderes, não admitindo senão as limitações que livremente se impõe. Independência é sinônimo de soberania, politicamente falando. E quando D. Pedro, Príncipe-Regente, em fevereiro de 1822, proibia o desembarque de tropas portuguesas no Brasil e não admitia a vigência, entre nós, de leis ou de ordens vindas de Lisboa, praticava um ato de soberania.

A atitude do Príncipe não foi um gesto de mandatário, pois foi uma atitude de império que afirmou, desde então, a Independência do Brasil!

Espírito lúcido, alimentado de gostos artísticos, espontâneo e rústico, D. Pedro I foi um cristal não polido. Demasiado moço teve de enfrentar a história, malgrado o meio e a época não lhe haverem propiciado senão muito pouco daquilo que culturalmente, forma os estadistas.

Mercê de Deus, na conjuntura de cujo epílogo aqui nos reunimos para as celebrações do seu Sesquicentenário, já possuíamos grandes figuras de políticos, imensos exemplares de homens de Estado, gigantes da liberdade, entre os quais avulta, destacado, José Bonifácio. (Palmas.)

O Patriarca seria — e a História o consigna — a ciência política que esclarecia e iluminava a ação impulsiva do Príncipe arrebatado, mas poderoso.

Proclamando que nenhuma autoridade sobrelevava a sua, em fevereiro de 1822, D. Pedro assinava, em 3 de julho daquele ano, o Decreto que convocava eleições nacionais para a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, escolhendo-se diretos re-

presentantes das províncias para que elaborassem as leis fundamentais do país. Era a primeira, e sensacional, ratificação da soberania antes proclamada.

Ardego, mas intuitivo; volúvel, mas atilado; impetuoso, mas sabendo conter-se nas horas graves — D. Pedro teve a servi-lo, e ao Brasil, a cultura política do gênio brasileiro que praticava a ciência do Estado.

Não pesa, nos fastos nacionais, que a primeira constituinte do Brasil, solenemente instalada em 3 de maio de 1823, houvesse sido dissolvida em 12 de novembro do mesmo ano. Vivíamos, então, uma aura de gozos cívicos, molestada aqui e ali pelo reacionarismo da velha metrópole, e, não dispondo nem de tradição nem de técnica parlamentar, não tínhamos como compor uma assembleia capacitada a transformar-se em instrumento adequado à realização dos seus altos fins históricos.

Mas a constituição de 25 de março de 1824, outorgada pelo Imperador à nação, foi o fruto da inteligência, da cultura e do patriotismo dos que, então, praticavam a política. Instrumento de tal modo hábil e dentro do tempo que, salvo o ato adicional de 1834, através do qual se criou o Conselho Geral, esboço das atuais Assembleias Legislativas, perdurou até que a monarquia desaparecesse.

Creio, — na plenitude de minha inteligência e com a exuberância de meu coração, — que quem pratica a política como meio de colaborar com a coletividade e o país, exerce um nobilitante, árduo e generoso mister, e que uma das mais lidimas formas de servir o Estado é a atividade parlamentar.

Assinalando que a independência que festejamos não foi um presente do acaso, senão a vitória da ciência política posta a serviço do Brasil, cumpre-nos, a todos nós — legislativo, judiciário e executivo —, harmonicamente interdependentes e hoje aqui reunidos na celebração do magno evento, nem fiquemos aquém nem nos ponhamos além dos nossos direitos e deveres, mas continuemos somando esforços para, honrando tradições que herdamos de nossos maiores, manter a Independência e garantir a liberdade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Exmo. Sr. Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Pereira Lopes; Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Ministro Eloy da Rocha; Exmo. Menonhor Humberto Mozzoni, Núncio

Apostólico; Exmos. Srs. Membros do Corpo Diplomático; demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, minhas senhoras e meus senhores: bem haja a Nação que se concilia em torno de seus valores permanentes. Nesta tarde, todos se unem, por sobre as dissensões que afastam indivíduos ou Partidos, para que só a Pátria, em suas tradições, em seu patrimônio cívico e no que lhe constitui as aspirações maiores, avulte e prevaleça.

No Congresso, os Três Poderes se reúnem no primeiro dia da Semana da Pátria do Sesquicentenário da Independência, para a reverência à memória dos que sonhadores e mártires, foram augustos precursores da causa da justiça e da liberdade.

E nos é grato assinalar que, Nação jovem, ostentamos o impulso indomito da luta — enriquecidos da experiência que as inclinações nos fizeram adquirir e acumular — visando a que se aperfeiçoe como expressão política este grande País. Somos a resultante do encontro feliz de três grupos étnicos. Se a História consigna a ocorrência de relacionamento cruento ou iníquo entre eles, consagrou, afinal, o enlace cristão que nos fez um povo unido na busca do seu destino.

Assim é que explicamos a grande imagem geográfica, íntegra e portentosa, que oferecemos ao Mundo. Não foi obra do acaso, mas de trabalho ousado que começou no desbravamento aventuroso dos bandeirantes para consolidar-se, por vigorosa decisão política, em domínio soberano.

Quando os ideais libertários da Revolução Francesa levavam ao patíbulo cabeças coroadas, na destruição de princípios divinizadores do Poder Real, o Brasil, pelo gênio político de José Bonifácio (Palmas), fazia inevitável, em atos de inteligência e coragem, a independência, sob a égide da Monarquia que foi a indispensável fonte de mística, preservadora da unidade da Pátria nascente.

A conciliação, como forma de convivência social, marcava-nos o destino, já como idéia-gênese da nacionalidade.

A Federação e a República, que se consolidaram mais tarde, resultaram da habilidade com que se formou, no primeiro momento, o soberano Estado brasileiro.

Assim se edificou esta Nação que, na juventude de seus 150 anos, se afirma consciente, madura e responsável em sua política externa.

"Cabe-nos, dentro da comunidade internacional, parcela de decisão cada vez maior e não deixaremos de

usá-la em favor dos povos que, como o nosso, aspiram ao progresso, à plena utilização de seus recursos, ao acesso às conquistas da ciência e da técnica, ao desenvolvimento pacífico, à erradicação da miséria.

A verdadeira paz reclama a transformação das estruturas internacionais."

No plano interno, pelo muito que construímos proclamamo-nos dignos dos nossos patrocinadores. Os índices de crescimento, a formulação de uma política que concilie a economia em expansão com as imposições da justiça social marcam os nossos dias de otimismo e confiança. Classes, setores e regiões são contemplados, em trabalho de integração, no qual se visa ao desenvolvimento harmônico.

Muitos serão os problemas a superar. Mas não nos falta imaginação criadora, liberta do dogmatismo que aprisiona e é estéril. Edificamos instituições convictos de que elas promovem a Nação, oferecendo-lhes os necessários meios de defesa, num mundo repleto de violência. É um erro — diz Ihering — julgar-se que a segurança do Direito e a liberdade política são incompatíveis com um poder forte. Sem a força coativa, incontrastável expressão do Estado organizado, não será viável assegurar-se a proteção de qualquer direito, individual ou coletivo.

E vivendo, revolucionariamente, no inconformismo ante o que obsta o desenvolvimento, iniciamos no setor rural, onde a previdência já chegou, a reforma agrária, certos de que é preciso impregnar de justiça a sociedade que estamos modelando.

Jefferson, secundando Aristóteles, asseverava que o homem, por ter sido destinado à sociedade, não tem um direito natural em oposição a seus deveres sociais.

Fundados na melhor doutrina moral e política haveremos de encontrar sempre, dentro de nós mesmos, os insopitáveis impulsos da razão, as forças inspiradoras da concórdia, para continuarmos edificando uma sociedade justa e livre.

Fieis ao passado, aqui estamos. Senhores, para a evocação dos mártires, heróis e construtores, de cujos sonhos, ideais, trabalhos e lutas afirmou-se livre a Nação. Que se exalte, em todo o seu valor, quem, entre todos, o mais bravo foi e deu às gerações a imagem do que deve ser, necessariamente, o patriota — livre do medo, sobranceiro às tentações que afastam do cumprimento do dever, mas submisso sempre, à causa de todos. O nome basta para que avulte como o símbolo dos mártires da Independência: Joaquim José da

Silva Xavier — o Tiradentes. (Palmas.)

Que se consagre, nesta hora de solene justiça, aquele que marcou, nos seus arroubos, na sua coragem indômita, no seu amor audacioso e incontido, a Nação, mobilizando-a para a vida adulta e livre: Pedro I, nosso Imperador e Defensor Perpétuo! (Palmas.)

Que a glória cinja um nome e o faça, para todo o sempre, a expressão mais alta, nobre e brilhante do homem público brasileiro.

Foi a audácia providencial em meio à cautela dos dúbios; foi a clarividência no antever a redenção quando tudo eram dúvidas e incertezas; não obstante arrebatado, foi a cabeça fria do homem de Estado a induzir-nos, sem açoitamento, à liberdade; foi a incorruptibilidade que não sabia ceder ao que digno não fosse; em suma, foi o estadista, firme, resoluto, bravo, puro, que, nos três anos de lutas profícuas, deu de si à terra berço o que a graça de Deus lhe proporcionou e sua vontade obstinada soube acumular, em estudos, viagens e trabalhos, ao longo da vida e pelos caminhos do Velho Mundo. Patriarca da Independência — José Bonifácio de Andrada e Silva. (Palmas.)

E nesta tarde, ao nos voltarmos reverentes ao passado e buscarmos nele, para o culto, as figuras nossas

e dos vindouros, podemos, ante elas, dizer:

Acordamos para o mundo sob as preces à Santa Cruz e, desde então, nos erguemos das crises pelos caminhos da conciliação.

Aqui estamos, como em 1823, ao lado do Chefe-de-Estado, assinalando, nesta hora de culto cívico, o entendimento entre os poderes constituídos. (Palmas.)

No Parlamento do Império, a saudação da independência, feita em deputação das duas Casas perante o Imperador, constituía missão da Minoria, como a significar que tudo cessava ante o dever maior para com os valores permanentes simbolizados na Pátria.

E a tônica da palavra do Imperador, ao dirigir-se pela primeira vez à legislatura ordinária, foi de exortação à harmonia entre os poderes.

Hoje, o encontro se renova, sob o registro do gesto democrático do Presidente Emílio Médici (Palmas.) que, ao invés de receber-nos em visita, como no protocolo do passado, vem a este plenário juntar-se a todos, nós no louvor e exaltação ao Brasil. (Palmas.)

“O Parlamento deve ser a casa da conciliação”, já preconizava o mais lúcido e afortunado dos nossos conciliadores, o Marquês do Paraná.

Neste recinto desdobram-se, fermentam e até se excedem, mas também se purificam as aspirações populares. Nele, manifestam-se as divergências doutrinárias e, do embate, nascem as fórmulas da conciliação. E as melhores são, sempre, as que honram, elevam dignificam e engrandecem a Nação.

No culto aos antepassados e no amor à Pátria, brasileiros, conciliemo-nos e saibamos, todos, pela luta presente, merecer as bênçãos de Deus e a gratidão daqueles a quem couber a missão de receber e julgar, no futuro, o nosso legado. (Palmas.)

É executado o Hino da Independência, ouvido de pé por todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Quero agradecer a presença de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, de S. Ex.^a o Sr. Vice-Presidente da República, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, do ilustre Corpo Diplomático aqui presente, dos Srs. Ministros de Estado, dos Oficiais-Generais e de todas as autoridades que se dignaram a aceitar o convite do Congresso Nacional para as comemorações do Primeiro Dia da Pátria no Ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Convido os presentes a comparecerem ao Salão Negro do Congresso, onde será oficializado um Te Deum.

Está encerrada a Sessão.

“MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL”

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXOS:

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação do Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

Constituição da República Federativa do Brasil

QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo
SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

INELEGIBILIDADES

LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

“Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências.”

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

“Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências.”

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

ANAIIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo. Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas — Preço: Cr\$ 8,00.

ASSINATURAS DO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Caixa Postal 1.503

Praça dos Três Poderes

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre .. Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20